

2023-2025

Justiça célere e acolhedora

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE



I COMPOSIÇÃO TRIBUNAL PLENO

Desembargadora EVA EVANGELISTA de Araújo Souza

Desembargador SAMOEL Martins EVANGELISTA

Desembargador ROBERTO BARROS dos Santos

Desembargadora DENISE Castelo BONFIM

Desembargador FRANCISCO DJALMA da Silva

Desembargadora WALDIRENE Oliveira da Cruz Lima CORDEIRO

Desembargadora REGINA Célia FERRARI Longuini

Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA

Desembargador JÚNIOR ALBERTO Ribeiro

Desembargador ELCIO Sabo MENDES Júnior

Desembargador LUIS Vitório CAMOLEZ



I COMPOSIÇÃO JUÍZES E JUÍZAS

Adamarcia Machado Nascimento

Adimaura Souza da Cruz

Afonso Braña Muniz

Alesson José Santos Braz

Alex Ferreira Oivane

Ana Paula Saboya Lima

Anastácio Lima de Menezes Filho

Andréa da Silva Brito

Carolina Alvares Bragança

Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira

Clóvis de Souza Lodi

Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva

Edinaldo Muniz dos Santos

Erik da Fonseca Farhat

Evelin Campos Cerqueira Bueno

Fábio Alexandre Costa de Farias

Fernando Nóbrega da Silva

Flávio Mariano Mundim

Francisco das Chagas Vilela Júnior

Gilberto Matos de Araújo

Giordane de Souza Dourado

Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga

Gustavo Sirena

Hugo Barbosa Torquato Ferreira

Isabelle Sacramento Torturela

Ivete Tabalipa

Joelma Ribeiro Nogueira

José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara

Kamylla Acioli Lins e Silva

Leandro Leri Gross

Lilian Deise Braga Paiva

Lois Carlos Arruda

Louise Kristina Lopes de Oliveira Santana

Luana Claudia de Albuquerque Campos

Luis Gustavo Alcalde Pinto

Maha Kouzi Manasfi e Manasfi

Manoel Simões Pedroga

Marcelo Coelho de Carvalho

Marcos Rafael Maciel de Souza

Marcos Thadeu Matias Mamed

Maria Rosinete dos Reis Silva

Marlon Martins Machado

Mirla Regina da Silva

Olívia Maria Alves Ribeiro

Raimundo Nonato da Costa Maia

Robson Ribeiro Aleixo

Rogéria José Epaminondas

Romário Divino Faria

Shirlei de Oliveira Hage Menezes

Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil

Zenair Ferreira Bueno

Zenice Mota Cardozo



I COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Presidente

Desembargadora Regina Célia Ferrari Longuini

Vice-Presidente **Desembargador Luis Vitório Camolez**

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Samoel Martins Evangelista

Juízes Auxiliares da Presidência

Dr. Giordane de Souza Dourado

Dra. Zenice Mota Cardozo

DIRETORIAS

Diretor de Gestão Estratégica

Evandro Luzia Teixeira

Diretora de Logística Larissa Montilha

Diretora Judiciária

Denize R. Gorzoni

Diretora de Finanças e Informações de Custos Samya Ester da Silveira Gouveia Assis

Diretora de Gestão de Pessoas Iriá Farias Franco Modesto Gadelha

Diretora de Informação Institucional

Andrea Lajana Coelho Zilio

Diretor de Tecnologia da Informação Raquel Cunha da Conceição

Diretora Regional do Vale do Alto Acre Ana Paula Viana de Lima Carrilho

Diretora Regional do Vale do Alto Juruá
Solange Chalub Bandeira Teixeira



MENSAGEM DA PRESIDENTE

Uma nova gestão se inicia

Aqui estamos juntos e juntas para darmos continuidade à história da Instituição, o que certamente é fazer a história de mulheres e homens honrados, unidos pelo compromisso profissional.

Apresento o Plano de Gestão que orientará a atuação para o biênio de 2023-2025. Não procuro estar além dos limites, mas não concordo com nenhum limite que tire a liberdade de sonhar e fazer do TJ Acre uma das instituições mais sérias e comprometida com a missão jurisdicional.

Viveremos bons momentos, eu creio. Pois o que nos une a todos é o firme propósito de garantir que a justiça atue com foco no acolhimento, com *celeridade* e *acolhimento*. Por isso, convido a todos e todas para que sigamos, vencendo desafios e comemorando vitórias, com a certeza de que trilharemos caminhos promissores, como disse Cora Coralina: "removendo pedras e plantando flores".

Desembargadora REGINA FERRARI Presidente - Biênio 2023-2025





SUMÁRIO



Apresentação 8

Estratégia Nacional 9

Mapa Estratégico TJAC 10

Macrodesafios 11

Valores para sociedade 12

Eixos estratégicos 13

Portfólio de iniciativas 14

Metas Nacionais 2023 36

Monitoramento e

acompanhamento 38

PLANO DE GESTÃO 2023-2025







APRESENTAÇÃO

PLANO DE GESTÃO 2023-2025

A missão do Poder Judiciário do Estado do Acre foi construída em um amplo processo participativo que envolveu magistrados, servidores, operadores do direito e a sociedade civil: 'Garantir justiça para a paz social' e se constitui na principal diretriz do Planejamento Estratégico ciclo 2021-2026.

O Planejamento Estratégico se efetiva por meio das gestões bienais do Tribunal de Justiça.

Certos dessa premissa, que se aponta como diretriz para o cumprimento da missão do Poder Judiciário do Estado do Acre, assumimos o compromisso de somar todos os esforços para fazer prosperar os objetivos da Justiça acreana que se materializa nos feitos deste Tribunal.

O Plano de Gestão 2023-2025 apresenta as ações para o biênio, com o firme propósito de dar celeridade às ações, vinculadas aos princípios e valores que nos regem, a saber de modo especial: o acolhimento e a responsabilidade.

Este Plano será a referência. Por ele, pretendemos dar diretrizes operacionais, visando garantir a qualidade da gestão, dando continuidade às ações que se destacam em qualidade, e desenvolver outras, que julgamos necessárias ao desempenho institucional, com vistas a atender aos Jurisdicionados Acreanos.

Intencionados em resguardar a atuação coesa entre magistrados(as), gestores(as) e servidores(as) para viabilizar o atendimento aos objetivos do Planejamento 2021-2026 e às Metas Nacionais, defendemos a excelência dos serviços prestados e que tenham permanente sintonia com os valores adotados de forma a fazer do TJAC, uma instituição mais acessível, confiável e célere. Sendo esta a responsabilidade que nos une a todos e todas.

Assim, sintetizamos institucionalmente em: celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, dando a primazia à sociedade, com prioridade voltada para a proteção da criança e adolescente; enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa; prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos; consolidação das políticas de fortalecimento da TI vinculada às políticas de inovação.

Diante de tais orientações, seguiremos as diretrizes do Plano em questão, como uma das referências para cumprimento dos compromissos.



I ESTRATÉGIA NACIONAL

2021-2026

PLANO DE GESTÃO 2023-2025

Para melhor compreensão deste Plano, apresentam-se os 12 macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, distribuídos entre as perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.





PLANO DE GESTÃO 2023-2025

MAPA ESTRATÉGICO TJAC | 2021-2026

Em similitude à Estratégia Nacional, apresenta-se o mapa estratégico que reflete a **missão**, **visão**, **valores** e objetivos institucionais do TJAC para o sexênio 2021-2026.

Tais vetores nos apontam os olhares estratégicos para avançar com os princípios administrativos em consonância à Constituição Federal, conforme previsto no artigo 37, caput: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, sem perder de vista que os demais valores prezam pela proteção da dignidade humana e respeito às suas diferenças.



MACRODESAFIOS TJAC | 2021-2026

O Plano Estratégico 2021-2026 do TJAC contempla os macrodesafios contidos na Estratégia Nacional. Nesse sentido, o presente Plano de Gestão procura coadunar suas propostas de ações, com o objetivo superar os macrodesafios nacionais articulados aos locais identificados no Planejamento Estratégico para o sexênio, a saber:



- I. Garantir direitos aos jurisdicionados;
- II. Fomentar a mediação de conflitos e reduzir litígios;
- III. Fortalecer relações institucionais;
- IV. Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos;
- V. Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno;
- VI. Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais;
- VII. Aprimorar a Governança Judiciária;
- VIII. Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal;
- IX. Promover políticas e práticas de sustentabilidade ambiental;
- X. Capacitar e valorizar servidores e colaboradores;
- XI. Fortalecer a gestão de TIC;
- XII.Definir estratégia institucional para o póspandemia;
- XIII.Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros;
- XIV.Otimizar recursos orçamentários e financeiros;
- XV.Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.

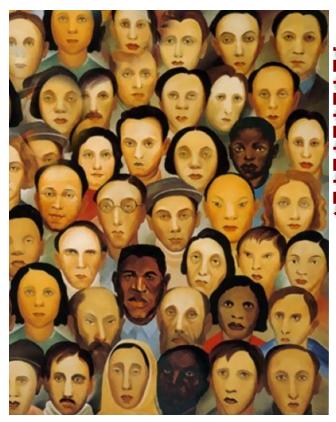


VALORES PARA SOCIEDADE

Tais macrodesafios significam o ponto de partida, sabendo da dinâmica da gestão do judiciário que se renova todos os dias, o que exige atenção e criatividade de todos que o compõem: magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as).

Este Plano atende, por ora, a organização institucional, conforme a sua estrutura administrativa, suas demandas, observando as diretrizes nacionais do CNJ e suas Resoluções que orientam a atuação dos Tribunais de Justiça, em especial a Resolução 325, de 29 de junho de 2020.

As diretrizes apontam para as metas e indicadores locais que contribuem com a Estratégia Nacional e que delimitam, por série organizativa a atuação do TJAC, porém não o impede de revê procedimentos como princípio estruturante da Gestão Pública, avaliar seus objetivos finalísticos que, nesse caso, significa atentar aos anseios dos jurisdicionados, que têm os seus atributos de valores.



VALORES PARA A SOCIEDADE:

Atendimento de serviços como direito; -Credibilidade; - Modernidade e acessibilidade; - Transparência e objetividade; - Responsabilidade social e ambiental; - Consciência ética; e -Igualdade.

Esses valores dialogam com as orientações apresentadas neste Plano, que, além de seguir as diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional, se traduzem em EIXOS/PERSPECTIVAS, compostos por metas específicas, que balizarão as ações que se apresentam.



EIXOS ESTRATÉGICOS TJAC | 2021-2026

Para cada eixo/perspectivas, vinculam-se as metas que dialogam com os macrodesafios do TJAC, no intuito de superá-los.





SOCIEDADE



PROCESSOS INTERNOS



APRENDIZADO E CRESCIMENTO



SUSTENTABILIDADE-INFRAESTRUTURA (Física e Tecnológica)



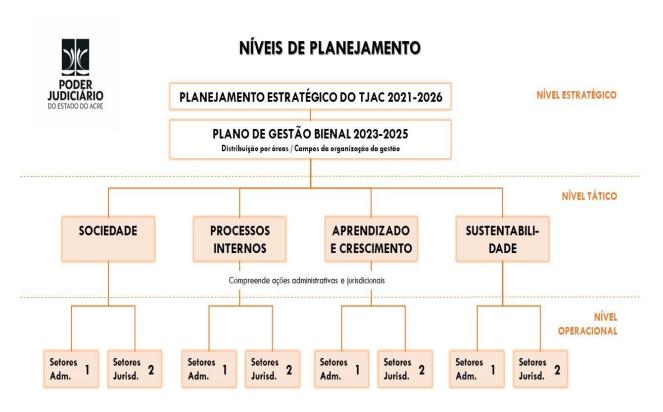
ARTICULAÇÃO COM AGENDA 2030



É um apanhado de metas norteadoras e perspectivas definidas pela ONU para atingirmos a dignidade e a qualidade de vida para todos os seres humanos do planeta, sem comprometer o meio ambiente, e, consequentemente, as gerações futuras.



I NÍVEIS DE PLANEJAMENTO ESTRUTURAÇÃO



O planejamento da operacionalização deverá ser organizado com as equipes executoras





MACRODESAFIO: GARANTIR DIREITOS AOS JURISDICIONADOS	
META: AMPLIAR	O NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM AÇÕES SOCIAIS EM 2% AO ANO
DESCRIÇÃO	Fomentar projetos sociais de garantias de direitos às crianças, adolescentes e Jovens; Melhoria no atendimento ao cidadão de forma eficiente e acolhedora; Agenda 2030 - ODS 8 e ODS 11
UNIDADE RESPONSÁVEL	CIJ GAAUX COGER
INICIATIVAS	Desenvolver ações de atendimento à criança e ao adolescente nas unidades de atendimentos socioassistenciais; Criar, por meio de parceria, pagamento de bolsa formação de jovens em atividades formativas - adesão do TJ como membro cedente de bolsas (ver instrumento legal); Contribuir, em forma de parceria, nas ações de combate a exploração e trabalho infantil; Investir na interiorização de projetos e programas de educação contra o consumo de drogas, por meio de parcerias institucionais; Criar programa judicial de adoção e acolhimento – incentivar e fortalecer projeto de incentivo de acolhimento familiar em todo o Estado; Criar mutirão permanente nas varas de Infância e Juventude acompanhar e julgar processos referentes a pauta; Fortalecer as estratégias de acessibilidade e inclusão, conforme orientações do CNJ.
RESULTADOS ESPERADOS	Inclusão e assistência social e proteção jurídica às crianças em situação de vulnerabilidade das unidades socioassistenciais e socioeducativas; Jovens e adolescentes com proteção social e jurídica com preparação básica e inclusão socioprofissional; Ações de apoio e proteção às crianças, desenvolvidas em parceria com outras instituições.





MACRODESAFIOS: GARANTIR DIREITOS AOS JURISDICIONADOS FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	
META: AMPLIAR	R O NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM AÇÕES SOCIAIS EM 2% AO ANO
DESCRIÇÃO	Proteção e garantia dos direitos das mulheres e meninas vítimas de violências Agenda 2030 : ODS 1 e ODS 5
UNIDADE RESPONSÁVEL	COMSIV/CIJ GAAUX/SPSO
INICIATIVAS	Mapear e realizar parcerias institucionais para atividades de proteção social; Garantir a proteção e defesa das meninas e mulheres vítimas, com destaque às de violência doméstica; Garantir serviços de socioeducação protetiva especial às meninas sob cuidados e proteção socioeducativa e de dependência química; Priorizar o julgamento de processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres; Criar o programa de mulheres líderes.
RESULTADOS ESPERADOS	Difusão da Lei Maria da Penha em 100% dos municípios, com criação de grupos reflexivos; Meninas e adolescentes vítimas de violência e dependência química e de outras drogas assistidas social e juridicamente; Redução do número de processos relacionados ao feminicídio e violência doméstica em espera de tramitação.





MACRODESAFIO: GARANTIR DIREITOS AOS JURISDICIONADOS	
META: AMPLIAR	R O NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM AÇÕES SOCIAIS EM 2% AO ANO
DESCRIÇÃO	Implantação de estratégia para fortalecimento de serviços delegatórios e de registros para atendimento de direitos sociais Agenda 2030: ODS 5
UNIDADE RESPONSÁVEL	COGER / PRIMEIRO GRAU SEPSO / PROJETO CIDADÃO
INICIATIVAS	Estudar e definir estratégias para ampliar os serviços extras judiciais e de registros para atender aos direitos sociais, potencializando equipe para atuação; Potencializar atendimento do Programa Justiça sobre Rodas; Garantir a contração de juiz de paz; Assegurar funcionamento do Programa Justiça Comunitária (Cidade do Povo); Criar o Prêmio de Direitos Humanos do TJAC.
RESULTADOS ESPERADOS	Ações de atendimento sociais fortalecidas no TJAC, por meio de serviços delegatórios; Garantidos serviços permanentes em todos os municípios com Juízes de Paz.





MACRODESAFIO: FOMENTAR A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E REDUZIR LITÍGIOS	
META: Ampliar	em 1% ao ano, o número de conciliações
DESCRIÇÃO	Celeridade aos processos judiciais e fortalecimento da prática de conciliação. Agenda 2030: ODS 16
UNIDADE RESPONSÁVEL	COGER/PRIMEIRO GRAU
INICIATIVAS	Avaliar e reestruturar as políticas de mediação de conflitos junto ao NUPEMEC; Fortalecer atividades do CEJUSCS; Criar plataforma de conciliação <i>on-line</i> ; Potencializar grupos de mediação de conflitos; Desenvolver atividades de capacitação para mediação e gestão de conflitos (agente comunitário de justiça e cidadania).
RESULTADOS ESPERADOS	Política de mediação de conflitos é referência institucional.





MACRODESAFIO: REESTRUTURAR POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA AO ALCANCE DA SOCIEDADE E DO PÚBLICO INTERNO METAS: - Elaborar e executar Plano de Comunicação que atenda a 100% do Estado do Acre.

- Elaborar e exec	eutar Plano de Comunicação que atenda a 100% do Estado do Acre.
DESCRIÇÃO	Comunicação dinâmica e melhoria da imagem institucional Agenda 2030: ODS 16
UNIDADE RESPONSÁVEL	DIINS/DITEC
INICIATIVAS	Desenvolver campanhas de difusão da missão institucional junto à sociedade; Criar e executar plano de Difusão e Interiorização da Comunicação do TJAC; Elaborar e realizar pesquisa periódica de satisfação junto à sociedade; Fortalecer a política de endomarketing; Desenvolver campanhas de pertencimento institucional; Modernizar a estrutura de comunicação do TJAC; Inovar a estratégia de comunicação por meio de parcerias; Criar cadastro de intérpretes (acessibilidade).
RESULTADOS ESPERADOS	Tribunal mais próximo da Sociedade; Jurisdicionados com maior conhecimento sobre a atuação da Instituição; Ações do TJAC difundidas entre as instituições públicas e privadas.





MACRODESAFIO: ESTABELECER ROTINAS DE BOAS PRÁTICAS E MELHORIA CONTÍNUA EM PROCESSOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS

METAS:

- Revisar 100% os fluxos e manuais dos processos de trabalho, demandados pelos executores ;
- Revisar a estrutura organizacional, até 2024.

DESCRIÇÃO	Estudo da estrutura de organização e funcionamento dos fluxos processuais Agenda 2030: ODS 16
UNIDADE RESPONSÁVEL	DIGES GAAUX COGER
INICIATIVAS	Contratar serviços de estudos e readequação da estrutura organizacional; Manter atualizados manuais e fluxos processuais; Consolidação e acompanhamento do Plano de Integridade do TJAC; Realizar monitoramento do Planejamento Estratégico; Validar e implantar a proposta de Cadeia de Valor do TJAC; Automação de rotinas (tarefas repetitivas que podem ser executadas sem intervenção humana); Executar o Plano de Gestão de Riscos (avaliar a necessidade de adequações); Consolidar e promover o funcionamento do Laboratório de Inovação (LAPIS); Padronizar e otimizar processos de contratação.
RESULTADOS ESPERADOS	Modernização da estrutura e melhoria dos processos e procedimentos de trabalho; Adequação das atividades à realidade institucional, conforme as prioridades.





MACRODESAFIO: GARANTIR CELERIDADE E EFETIVIDADE NOS JULGAMENTOS PROCESSUAIS

META

- Reduzir o tempo médio de tramitação de processos em 10%;
- Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;

- Ampliar os julga	amentos de ações coletivas em 2%.
DESCRIÇÃO	Implantação de ações coordenadas para dar celeridade nos julgamentos Redução do acervo de demandas nas unidades jurisdicionais Desenvolver novas estratégias para fortalecimento do Sistema de Precedentes Agenda 2030: ODS 16
UNIDADE RESPONSÁVEL	GOGER GAAUX
INICIATIVAS	Criação do núcleo de produtividade remota; Fortalecer métodos de acompanhamento e controle de processos; Criar mutirão nas unidades jurisdicionais para redução de acervo; Fortalecer a Central de Mandados; Facilitar o uso do sistema digital de acompanhamento de processos; Instalar sistema de AR digital; Estruturar a Central de Mandatos de forma digital; Estruturar e preparar equipe interna para julgamentos de processos contra a Adm. Pública e Crimes Eleitorais; Elaborar estratégias e fortalecer tecnologia que facilita o Sistema de precedentes; Elaborar Plano de ação operacional para o Núcleo Permanente do Sistema de precedentes; Criar cadastro de peritos; Fortalecer o funcionamento da CEPRE; Criação de um núcleo de juízes auxiliares para atendimento no interior e Capital; Realizar gestão para acompanhamento especial dos IRDR (Índice de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Índice de Assunção por Competência); Promover celeridade no julgamento dos processos de natureza ambiental.
RESULTADOS ESPERADO	Maior número de processos tramitados em menor tempo, incluindo os de crimes contra o patrimônio; Processos resolvidos e encerrados com menor tempo; Atendimento célere aos jurisdicionados e operadores do direito.





MACRODESAFIC	: APRIMORAR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
META - Aumentar, grad subsequente.	lativamente, em 5% ao ano, o percentual do Prêmio CNJ de Qualidade em cada ano
DESCRIÇÃO	Realinhamento estratégico do TJAC, com foco em governança para resultados Agenda 2030: ODS16
UNIDADE RESPONSÁVEL	GAAUX COGER Diretorias AUDIN NUEGE
INICIATIVAS	Fortalecer a estrutura técnica e operacional do NUEGE; Criar rotina de orientação para os itens com baixa avaliação (não-conformidades) – PDCA; Criar prêmio local de produtividade por comarcas; Desenvolver estratégia de acompanhamento do IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça).
RESULTADOS ESPERADOS	Melhoria dos resultados de indicadores; Melhor posicionamento no Ranking Nacional.





MACRODESAFIO: APRIMORAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	
META - Realizar 10 ações por ano, voltadas à implantação da Justiça Restaurativa; - Reduzir a taxa de encarceramento, ao ano; - Ampliar em 3% por ano, a quantidade de ações voltadas ao aprimoramento das medidas socioeducativas.	
DESCRIÇÃO	Justiça criminal vinculada à justiça social; Aprimoramento de medidas socioeducativas (prevenção e convívio social). Agenda 2030: ODS 4, ODS 16
UNIDADE RESPONSÁVEL	GAAUX COGER GMF
INICIATIVAS	Criar e desenvolver atividades de sensibilização/formação voltada à justiça criminal vinculada à justiça social; Reestudar e difundir plano de ação de monitoramento e fiscalização das unidades prisionais; Integrar sistema de monitoramento com outras instituições do Poder Judiciário; Elaborar calendário de atividades para fortalecimento da justiça restaurativa, envolvendo o Poder Judiciário e outros segmentos do poder público e da sociedade civil, quando necessário; Implantar Central de Vagas para os Sistemas Socioeducativo e Penal; Criar Núcleo de Atendimento Integrado de Adolescentes em Conflitos com a Lei - NAI; Fortalecer políticas de atendimento aos egressos; Criar programa de educação socioprofissional para mulheres do sistema prisional como alternativa penal.
RESULTADOS ESPERADOS	Redução da taxa de encarceramento; Ampliar e fortalecer o envolvimento de profissionais com a prática de justiça restaurativa.





MACRODESAFIO: PROMOVER POLÍTICAS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
META Garantir que 50% dos indicadores do PLS tenham bom desempenho Revisar anualmente e implementar o Plano de Logística Sustentável	
DESCRIÇÃO	Educação, defesa e fortalecimento das ações de caráter ambiental Agenda 2030: ODS 9, ODS 12
UNIDADE RESPONSÁVEL	NUSAP
INICIATIVAS	Desenvolver ações ambientais vinculadas às políticas de sustentabilidade; Difundir e implementar o Plano de Ação Bianual do Plano de Logística Sustentável; Impulsionar as ações do Programa A3P do TJAC como atividade do TJ; Reestruturar e fortalecer o NUSAP (Res. 201/2015).
RESULTADOS ESPERADOS	TJAC reduz custos de manutenção através de práticas de sustentabilidade.





MACRODESAFIO:	CAPACITAR E VALORIZAR SERVIDORES(AS) E COLABORADORES(AS)
	olantar o Programa de Avaliação e Desenvolvimento de Competências rograma de Qualidade de Vida no Trabalho
DESCRIÇÃO	Política de valorização e autoestima do servidor Desenvolvimento de competências no TJAC: gerais, de gestão, técnicas e humanas. Agenda 2030: ODS 3, ODS 8 e ODS 16
UNIDADE RESPONSÁVEL	DIPES ESJUD ASMIL
INICIATIVAS	Contratar consultoria para desenvolvimento do mapa de competência institucional; Realização de estudo de viabilidade e reorganização do quadro de servidores; Criação de grupo de estudo e reestruturação do PCCR; Fortalecer o Programa de Estágio do TJAC; Desenvolver estratégia de distribuição de servidores e servidoras, em cargo de comissão e confiança entre primeiro e segundo graus; e de participação feminina no Poder Judiciário em funções Comissionadas; Fortalecer política de assistência e acompanhamento do Teletrabalho; Realizar periodicamente Pesquisa de Clima Organizacional no TJAC (definir período); Promover estudo técnico do mapa de aposentadorias; Fortalecer projeto de humanização institucional; Garantir sistema de segurança de servidores e magistrados (física e virtual) Criação do Núcleo de Inteligência e contra inteligência.
RESULTADOS ESPERADOS	Maior qualidade na prestação de serviços, maior envolvimento com as ações institucionais; Estrutura possibilita melhoria do fluxo e agilidade processual; Melhoria na qualidade e produtividade dos serviços prestados.





MACRODESAFIO: CAPACITAR E VALORIZAR SERVIDORES(AS) E COLABORADORES(AS)

METAS:

- Desenvolver programa de capacitação institucional
- Ampliar a capacidade e a qualidade de atendimento

- Ampliar a capacidade e a qualidade de atendimento	
DESCRIÇÃO	Política de valorização e autoestima do servidor Desenvolvimento de competência Agenda 2030: ODS 3
UNIDADE RESPONSÁVEL	ESJUD DIPES
INICIATIVAS	Garantir e executar o programa/plano de formação inicial e continuada para juízes leigos, conciliadores, mediadores, estagiários e demais colaboradores; Executar e difundir atividades de formação em comunicação "não violenta"; Criar programa de capacitação para atendimento humanizado ao cidadão; Fortalecer o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Acre (CIJEAC); Criar sistema e rever metodologia de acompanhamento do juiz leigo.
RESULTADOS ESPERADOS	Maior qualidade na prestação de serviços, maior envolvimento com as ações institucionais; Maior evidência do sentimento de pertença dos servidores e colaboradores.





MACRODESAFIO: FORTALECER A GESTÃO DE TIC

METAS:

- Modernizar a estrutura física de TI em 70% até 2026;
- Implantar programas eletrônicos, conforme orientação do CNJ.

	Staniao ototioniooo, comornio ottoritagao ao enor
DESCRIÇÃO	Modernização e gestão de TIC Agenda 2030: ODS 9 e ODS 17
UNIDADE RESPONSÁVEL	DITEC GAAUX Diretorias
INICIATIVAS	Elaborar o Planejamento para a estratégia de TIC do TJ, alinhado às orientações nacionais e demandas locais (Res. 370); Desenvolver programas de automação de rotinas, priorizando sistemas integrados; Contratar empresa de consultoria em gestão de TIC; Implantar Sistemas de BI no TJAC; Atuar para instalação do PJe; Garantir manutenção atualizada dos Sistemas DataJud e iGovTIC-JUD; Criar pontos de inclusão digital (PID) para melhoria da acessibilidade ao jurisdicionado; Consolidar Fóruns digitais de atendimento ao cidadão; Formalizar parceria com outros TJ Estaduais com casos de sucesso; Adequar o quadro e estrutura de pessoal para TIC; Garantir e modernizar monitoramento de ataques digitais; Fornecer internet de qualidade a todas instalações do Poder do Judiciário; Implantar um Programa de Inteligência Artificial; Digitalizar todo o acervo do Poder Judiciário.
RESULTADOS ESPERADOS	TJ digital - com qualidade e segurança; TJ célere, inclusivo, conectivo e mais interativo.





MACRODESAFIO: AMPLIAR E DIVERSIFICAR FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
META: Ampliar a arrecadação em 2%, ao ano		
DESCRIÇÃO	Captar e otimizar uso de recursos financeiros; Redução de custos operacionais; Estruturação de estratégia para fortalecimento de aumento da arrecadação própria. Agenda 2030: ODS 16	
UNIDADE RESPONSÁVEL	GAAUX Diretoria Geral DIGES DIFIC DILOG	
INICIATIVAS	Criar gerência de arrecadação Aprimorar o acompanhamento do investimento institucional; Garantir participação dos gestores na elaboração das peças orçamentárias; Estruturar portfólio de projetos (plano de negócios) para captação de recursos; Promover interlocução junto ao BID para financiamento de projetos tecnológicos; Promover transparência financeira; Aprimorar a política (grupo) de autonomia financeira e orçamentária (estudos permanentes); Definir fluxo e otimizar e promover leilões para descarte de inservíveis.	
RESULTADOS ESPERADOS	Ampliada a captação de recursos de fontes externas e de receitas próprias; Execução orçamentária com boa avaliação entre todos os membros e servidores.	





MACRODESAFIO: ASSEGURAR INFRAESTRUTURA ADEQUADA AO INTERIOR E À CAPITAL META: Atender as demandas de reformas e manutenções em 100% até 2026, a partir das prioridades estabelecidas		
UNIDADE RESPONSÁVEL	GAAUX Diretoria Geral DILOG DIGES DIFIC DRVAC DRVJU	
INICIATIVAS	Manter atualizado o Plano de Contratações; Criar sistema técnico de acompanhamento e monitoramento da infraestrutura do interior; Garantir serviços de acessibilidade física nas unidades do TJ (instalar elevador na Cidade da Justiça); Prover equipamentos e ferramentas adequadas para execução de serviços; Ampliar usinas de energia fotovoltaica em Rio Branco; Construir recepção junto à guarita; Criar projeto de reformas na capital e das comarcas do interior (Assis Brasil, Manoel Urbano, Capixaba, Xapuri, Bujari, Sena Madureira e Marechal Thaumaturgo); Instalação física da sala segura; Implantar Plano de Manutenção Predial; Adequar a Cidade da Justiça para receber o Fórum Barão de Rio Branco; Reabrir o Restaurante.	
RESULTADOS ESPERADOS	Público e servidores satisfeitos com a qualidade da estrutura física do TJAC. TJ bem estruturado fisicamente.	



METAS NACIONAIS 2023

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. A cada ano o CNJ deflagra um processo de análise das metas do ano em vigência e, após processos de discussões que envolvem todos os segmentos da Justiça brasileira, incluindo consultas à sociedade, são estabelecidas as metas para o ano seguinte.



O TJAC participa ativamente da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, sob a coordenação do CNJ, que tem entre suas atribuições a de elaborar as Metas Nacionais. As Metas Nacionais para o ano de 2023 foram aprovadas em novembro de 2022. E este Plano de Gestão se alinha às **9 metas** nacionais para os Tribunais de Justiça Estaduais, visando seu efetivo cumprimento, conforme definição a seguir:



METAS NACIONAIS 2023

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar até 31/12/2023, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Meta 3 – Estimular a conciliação. Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais. Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.

Meta 8 — Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário. Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais. Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022.

Meta 11 – Infância e Juventude. Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.



ACOMPANHAMENTO

A metodologia de acompanhamento será realizada de forma técnica, onde os setores deverão apresentar quadrimestralmente as ações desenvolvidas e seus respectivos resultados. Nesse processo, constarão os impactos, a relevância e as dificuldades.

Deve-se analisar a efetividade das ações e a sua eficiência no sentido de mensurar o cumprimento do propósito maior contido no Planejamento da Instituição.

Destaca-se que a metodologia de avaliação terá o seu espaço de diálogo, para estudos das fragilidades e busca de soluções coletivas, o que se enquadra numa instituição moderna e democrática.







PLANO DE GESTÃO 2023-2025